



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009213-08.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Requerente: **Francisco de Assis Barros Filho**  
 Requerido: **Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - Detran/SP**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

**Francisco de Assis Barros Filho** move ação contra o **Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo – DETRAN/SP**, objetivando-se a declaração de nulidade do processo administrativo de cassação do direito de dirigir nº 183/2015, alegando-se que não houve a notificação da instauração do processo administrativo ou para a entrega da CNH em cumprimento à penalidade aplicada, violando-se a Res. Contran nº 182/2005, arts. 10 e 19. Há pedido de antecipação de tutela para a suspensão da penalidade.

Tutela provisória de urgência indeferida.

Contestação em que o réu alega ausência de interesse processual pois a ação deveria ter sido proposta no JEFAZ. Sustenta que no processo administrativo foram respeitadas as garantias do contraditório e da ampla defesa, tendo havido o trânsito em julgado da decisão final. Quanto às notificações, estas foram realizadas regularmente.

Em réplica diz o autor que a Res. Contran nº 182/2005 prevê a emissão de quatro notificações, quais sejam: de instauração do processo administrativo; do resultado do julgamento da defesa apresentada; do resultado do julgamento do recurso apresentado; do trânsito em julgado com determinação para a entrega da CNH. Tais regras não foram observadas no caso.

**É o relatório. Decido.**

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

A presente causa insere-se entre aquelas de competência do JEFAZ, cuja competência é absoluta. O argumento sequer foi refutado pelo autor em réplica.

Como a referida competência está afeta a esta mesma vara da fazenda, por economia processual desde já profiro sentença, com observância, porém, das regras pertinentes a esse sistema dos juizados especiais e, ao final, determinando-se a redistribuição do processo para que tenha prosseguimento naquela sede.

Acolhe-se em parte, pois, a preliminar.

No mérito, procede a ação.

Como decidiu o TJSP, no processo administrativo há a "necessidade de estrita observância aos primados do devido processo legal, contraditório e ampla defesa" (Ap. 1003626-17.2016.8.26.0077, Rel. Djalma Lofrano Filho, 13ª Câmara de Direito Público, j. 21/09/2016).

Os elementos coligidos indicam que não houve a observância do devido processo.

O processo administrativo, conforme pp. 20 foi instaurado em 27.04.2015.

A informação de pp. 106 sugere que da instauração do referido processo foi notificado o autor em 09.05.2015, com o prazo de 30 dias para a apresentação de defesa.

Falsa essa informação, porém.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Com efeito, notamos já às pp. 20 que, instaurado o processo, a Diretora do Ciretran, ao invés de determinar a notificação do autor para cientificá-lo a propósito da instauração e para apresentar a defesa, determinou apenas a realização de "pesquisas de prontuário e pontuação do condutor" e que, na sequência, voltassem os autos "para julgamento".

Nenhuma determinação para a notificação do autor.

E, de fato, o autor não foi notificado da instauração do processo, pois aquela notificação de 09.05.2015 referida na informação de pp. 106 está às pp. 28 e, como lá se percebe, não é notificação inicial a propósito da instauração do processo e sim notificação já a respeito da imposição da penalidade com prazo para recurso, não para a defesa. É notificação após o julgamento, realizado sem contraditório prévio. Houve a supressão de etapa procedimental prevista no art. 10 da Res. Contran nº 182/05.

**JULGO PROCEDENTE** a ação para DECLARAR A NULIDADE do processo administrativo de cassação do direito de dirigir nº 183/2015, objeto dos presentes autos, desde o seu julgamento inicial com aplicação de penalidade, vez que não foi precedido da indispensável notificação a propósito da instauração do processo com o prazo para a apresentação de defesa. **O órgão de trânsito deverá retomar o procedimento a partir dessa notificação inicial.**

Prosseguindo, ante os fatos novos comprovados e que ensejaram a prolação desta sentença, presentes os requisitos do art. 300 do CPC, concedo a tutela provisória de urgência, em sentença, para suspender os efeitos da aplicação da penalidade, inclusive bloqueio, até o trânsito em julgado da decisão final no processo judicial.

**Serve a presente sentença de ofício REQUISITANDO à 26ª Ciretran de São Carlos – SP** o cumprimento da tutela provisória ora concedida, suspendendo os efeitos da aplicação da penalidade, inclusive bloqueio, até o trânsito em julgado do processo judicial.

**Cabe à advogada do autor imprimir esta sentença-ofício** e protocolá-la junto à 26ª Ciretran, **comprovando** o protocolo nestes autos no prazo de 15 dias úteis.

Sem condenação do réu nas verbas sucumbenciais, nos termos da Lei nº 12.153/09 e Lei nº 9.099/95.

**Redistribua-se ao JEFAZ.**

**Oficie a serventia à 4ª Câmara de Direito Público do TJSP**, com referência ao Agravo de Instrumento 2173989-57.2016.8.26.0000, Rel. Em. Des. Luis Fernando Camargo de Barros Vidal, dando ciência a propósito (a) da prolação da presente sentença (b) da determinação de redistribuição dos autos ao Juizado da Fazenda Pública.

P.I.

São Carlos, 10 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**